A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Antonio Ernesto Filho
Regina Celis

RESUMO

O presente artigo apóia-se nos estudos de Vigotsky que aponta as características individuais como elementos que dependem da interação do ser humano com o meio físico e social. Considerar a escola como processo de desenvolvimento social do Portador de Necessidade Educativa Especial (PNEE) é, segundo Vigotsky (1984), realizar um trabalho pedagógico onde o aprendizado implica, por parte das crianças, uma imersão na vida intelectual daqueles que as cercam. Portanto, apoiamo-nos no pressuposto de que, na mente da criança, os estágios do desenvolvimento intelectual existem de forma completa, só esperando o momento apropriado para emergir. Neste sentido, a escola deve estar conscientemente preparada para, de acordo com as potencialidades, limitações e necessidades educativas do aluno especial, atuar de forma que desenvolva neste, um ser social, ativo, produtivo, e coletivista, sem marginalizá-lo, isolando-o do meio, das relações com seus professores, colegas e amigos, com ou sem deficiência. Para Skliar (1997), a organização dos papéis que desempenham uma deficiência no começo da vida de um sujeito não deve ser o centro inevitável de seu desenvolvimento, mas pelo contrário, a força motriz de seu desenvolvimento. O caráter dos primeiros anos de vida é de tal flexibilidade e plasticidade que só uma profunda e errada abordagem clinica negaria todo potencial de compensação que se reúne na direção contraria ao déficit.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Educação e deficiência. Integração. Compromisso. Prevenção. Diagnóstico. Sensibilização. Função social de escola.

Introdução

Este artigo aborda a formação de docente para o ensino de LIBRAS na educação infantil e nos Anos inicias do ensino fundamental, realizada no curso de Pedagogia ou curso Normal Superior, em que LIBRAS e a Língua Portuguesa escrita constituem-se línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe. Considerando as novas concepções que, atualmente, norteiam a educação especial, o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), obriga as Instituições de Ensino Público e Privado, ONG's e Entidades Filantrópicas, no âmbito municipal, estadual e federal inserir em seus currículos a disciplina LIBRAS, a partir de um ano de publicação deste decreto.

Cabe aos profissionais que atuam na área da educação, desenvolver uma proposta político-pedagógica, no sentido de conscientizar a comunidade sobre os direitos dos PNEE (Portadores de Necessidades Educativas Especiais), possibilitando-os a exercerem sua cidadania, através da integração social, de acordo com as suas especificidades.

A Constituição Federal garante o direito do cidadão à Educação Básica, mas na população sergipana ainda existe um número bastante significativo de pessoas PNEES, sem este direito.

A Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989, que cria a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais – CORDE; em seu artigo 1º, assegura o pleno exercício dos direitos individuais e sociais dessas pessoas e sua efetiva integração social, com igualdade de tratamento e oportunidades, direito à justiça social, ao respeito, à dignidade, ao bem estar, como também dispõe sobre ações governamentais necessárias ao seu cumprimento.

A LDB trata da Educação Especial em seu capítulo 9, nos artigos 58, 59 e 60, quanto aos direitos educacionais do aluno PNEE. Definindo a Educação Especial como modalidade de educação escolar, preferencialmente no ensino regular, desde a Educação Infantil, com serviços de apoio especializado, de acordo com a especificidade de cada atendimento na respectiva rede de ensino; o uso de recursos e técnicas específicas; currículo adequado; terminalidade

específica e aceleração do programa escolar para os superdotados; especialização para os professores que atuam com esses alunos; assim como a exigência de que órgãos normativos dos sistemas de ensino estabeleçam critérios de caracterização das instituições privadas, sem fins lucrativos, como por exemplo, o IPAESE – Instituto Pedagógico de Apoio a Educação de Surdos de Sergipe: instituição atuante em educação especial no nosso Estado.

A educação especial em Sergipe, conta hoje com o atendimento em três áreas específicas: auditiva, mental e visual. Problemas de conduta, transtorno de linguagem, dificuldades de aprendizagem, dislexia, dislalia, discalculia, disartia são exemplos de modalidades que podem ser caracterizadas como necessidades especiais. E para atender melhor às crianças portadoras dessas necessidades, se faz necessário realizar um trabalho corretivo-compensatório, visando a um atendimento educacional em que, ao ser detectada uma dessas deficiências, a escola, a comunidade e a família, uma vez conscientes, estejam articuladas numa atenção constante à criança PNEE; corrigindo ou compensando a necessidade; diagnosticando, para que esta criança aprenda a reivindicar seus direitos.

O reconhecimento da cultura surda como multicultural é o primeiro passo para admitir que a comunidade surda partilhe com a comunidade ouvinte do espaço físico e geológico, da educação e do vestuário, entre outros hábitos e costumes, sustentados em seus aspectos peculiares, além de tecnologias particulares desconhecidas ou ausentes do mundo ouvinte (Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação, 2002, p. 40).

Conforme este órgão, a construção de uma identidade por parte de um indivíduo surdo é possibilitada através da existência de uma cultura surda. O relacionamento dos surdos com os seus semelhantes lhe transmitem segurança, e é na comunidade surda que eles discutem seus direitos, como o direito à educação e à vida, entre outros. Através dessa comunidade eles atuam politicamente para ter seus direitos lingüísticos reconhecidos.

Ressaltamos que, em diversas Capitais do Brasil e do mundo, no dia 26 de setembro, há uma série de atividades desenvolvidas, entre as quais festivais, congressos e seminários, todos abertos também à participação de ouvintes nos

quais se apresenta sobre o jeito surdo de ser, de pensar e de viver, manifestado por meio de sua arte e cultura.

A família é o primeiro meio onde a educação e o desenvolvimento devem começar a atuar, como processo de caráter complementar na formação de qualquer cidadão. Para melhor atuarem como educadores, contribuindo para um equilíbrio familiar adequado, todos os profissionais envolvidos com o atendimento ao PNEE, devem ter conhecimento dos seguintes fatores, que através do diagnóstico escolar restauram o equilíbrio familiar:

a) dependência física da criança;

b) redistribuição do tempo e da atenção por parte dos pais e da família;

c) dificuldades de comportamentos;

d) estimulação precoce e necessidades educativas;

e) reação aos acontecimentos de uma maneira distinta e instintiva;

f) a ignorância dos pontos mais elementares da necessidade educativa especial;

g) o isolamento da família na comunidade.

A educação especial outrora dirigida a alunos com déficit, considerados como diferentes dos normais, mudou. Os serviços oferecidos em decorrência da inclusão/integração escolar deram surgimento a uma nova concepção e práticas diferentes. Anteriormente, considerava-se que a causa das dificuldades de aprendizagem de um aluno estava apenas nele. Hoje se sabe que a escola também é responsável por essas dificuldades, à medida que não se adapta às necessidades da criança. “À escola da discriminação deu lugar à escola da diversidade” (Batista,1997).

As línguas, no contexto da educação dos surdos expressam a capacidade específica dos seres humanos para a linguagem, expressam as culturas, os valores e os padrões sociais de um determinado grupo social.

Os surdos brasileiros usam a Língua Brasileira de Sinais, uma linguagem visual, espacial que apresenta todas as propriedades específicas das linguagens humanas. É uma língua utilizada nos espaços criados pelos próprios surdos, como por exemplo, nas associações, nos pontos de encontros espalhados

pelas grandes cidades, nos seus lares e escolas. No cenário nacional, não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim tornar possível a co - existência dessas línguas, reconhecendo-as de fato, atentando-se para as diferentes funções existentes no dia-a-dia da pessoa surda que se está formando.

A narrativa da inclusão no campo dos estudos culturais vai assumir a narrativa dos surdos. Através dos relatos, ele vai captar as formas de sofrimento e manifestações de resistência diante da inclusão, que refletem a história vivida pelos surdos em épocas nas quais não se respeitava o direito lingüístico, o direito ao uso e ao ensino de libras. Esses estudos culturais vão traduzir espaços de resistência nos quais revela-se que aí sobrevive um grupo resgatando sua cultura.

Para Skliar (1998), o ser é interpretado com diferente ou como deficiente, dependendo da posição ou do lugar que ocupa na sociedade.

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distinguem dos demais sistemas de comunicação, por exemplo, produtividade ilimitada, no sentido de que permitem a produção um número ilimitado de novas mensagens sobre um número ilimitado de novos temas; multiplicidades de funções, função comunicativa, social e cognitiva no sentido de expressarem o pensamento; arbitrariedade da ligação entre significante e significado, entre signo e referente; caráter necessário desta ligação; a articulação desses elementos em dois planos – o do conteúdo e o da expressão.

Stoke, em 1960, percebeu e comprovou que a língua de sinais atendia todos os critérios lingüísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças. (Quadros e Karnopp, 2004, p.30) No Brasil, os métodos artificiais de estruturação de linguagem mais difundidos foram a “chave de Fitzgerald e a de Perdoncini”. Português sinalizado é um sistema artificial adotado por escolas especiais para surdos. Tal sistema toma símbolos da língua de sinais e joga-os na estrutura do português. Há vários problemas com esse sistema no processo educacional de surdos, pois além de desconsiderar a complexidade lingüística da língua de sinais brasileira, é utilizado

como um meio de ensino do português. A comunidade surda tem como característica a produção de histórias espontâneas, bem como de contos e piadas que passam de geração em geração relatadas por contadores de histórias em encontros informais, normalmente, em associações de surdos.

História da educação de surdos no Brasil

A história da educação do surdo data de cerca de 400 anos sendo que nos seus primórdios havia pouca compreensão da psicologia do problema, e os indivíduos deficientes eram colocados em asilos. A surdez, e a conseqüente mudez, eram confundidas com uma inferioridade de inteligência. É verdade, porém, que a ausência da linguagem influi profundamente no desenvolvimento psico-social do indivíduo. Felizmente, o deficiente auditivo pode aprender a se comunicar usando a língua dos sinais, ou a própria língua falada.

Na antiguidade chinesa, as crianças surdas eram lançadas ao mar; os gauleses as sacrificavam aos deuses Teutates; em Esparta eram lançadas do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitadas e abandonadas nas praças públicas ou nos campos. Portanto, entre os hebreus predominava a visão bíblica de que a deficiência era sinal de impureza e representação do pecado do próprio indivíduo ou dos pais.

Durante a Idade Média, até o século XVIII, as posturas mencionadas continuaram inalteráveis, sendo comum familiares esconderem seus filhos para não sofrerem com a discriminação da sociedade vigente. Com o surgimento do renascimento, a perspectiva religiosa foi sendo substituída pela perspectiva da razão. Mesmo com esse processo de mudança, ainda predominava a ambigüidade caridade - açoite.

Todavia, os pais acreditavam que era possível tratar as crianças com atenção buscando o reconhecimento do valor do homem e da humanidade. Somente na década de 1960, a língua gestual retornou associada ao oralismo, onde o foco era a comunicação total e o meio de efetivá-la.

Neste sentido, a comunicação do deficiente auditivo torna-se deficitária, pois a forma de comunicação priorizada pela sociedade, em geral, é verbal e o deficiente auditivo não consegue comunicar-se desta forma.

Esta comunicação com os surdos tem, basicamente, dois caminhos: não é suficiente saber e aprender somente como usar a língua de sinais, mas, acima de tudo, entender os surdos – seus aspectos culturais e identitários e a riqueza de sua linguagem e usar desses recursos. Cada sinal poderá ser modificado dependendo dos detalhes específicos para esse contexto.

A arte de interpretar ou traduzir da/para LIBRAS, na maioria das vezes, tem muito a ver com a comédia *dele'Arte:* ainda que o intérprete seja coibido pelo excessivo "dirigismo" do outro, acaba sendo a base do outro.

Portanto sabemos que nas ações concretas da interpretação, o sinal pode ser convencional dependendo da forma ritual e social de cada contexto em diferentes expressões corpóreas – faciais peculiares a cada personagem. Por mais que o intérprete seja um poderoso instrumento comutativo é preciso que o professor tenha domínio da Língua de Sinais, como a LIBRAS. Todavia, o papel do intérprete caracteriza o fenômeno da sua arte parasitária ou não; da arte de quem ele está interpretando e/ou traduzindo, esta arte só adquire vida ao ser realizada por ele. O intérprete nutre-se do outro, porém, é ele que, quando interpretado ou traduzido com excelência, empresta plenitude às informações cedidas por outro. É um instrumentista que usa como próprio instrumento seu próprio corpo e sua voz. Expressão, presença cênica, voz, tudo deve ser conjugado por ele para chegar aos surdos. De certa forma, se esconde por de trás do outro, apagando seu próprio eu em beneficio da transmissão objetiva, clara e convincente desse outro.

Os primeiros professores de surdos surgiram na Europa, no século XVI, criando diferentes metodologias de ensino, as quais se utilizavam da língua auditivo-oral nativa, língua de sinais, datilologia (representação manual do alfabeto) e outros códigos visuais, e podendo ou não associar estes diferentes meios de comunicação.

A partir do século XVIII, a língua dos sinais passou a ser bastante difundida, atingindo grande êxito do ponto de vista qualitativo e quantitativo, e permitindo que os surdos conquistassem sua cidadania.

Porém, devido aos avanços tecnológicos que facilitavam o aprendizado da fala pelo surdo, o oralismo começou a ganhar força a partir da segunda metade do século XIX, em detrimento da língua de sinais, que acabou sendo proibida. A filosofia oralista baseia-se na crença de que a modalidade oral da língua é a única forma desejável de comunicação para o surdo, e que qualquer forma de gesticulação deve ser evitada.

Na década de 60, a língua dos sinais tornou a ressurgir associada a forma oral, com o aparecimento de novas correntes, com a Comunicação Total e, mais recentemente, o Bilingüismo.

A Comunicação Total defende a utilização de todos os recursos lingüísticos, orais ou visuais, simultaneamente, privilegiando a comunicação, e não apenas a língua. Já o Bilingüismo acredita que o surdo deve adquirir a língua dos sinais como língua materna, com a qual poderá desenvolver-se e comunicar-se com a comunidade de surdos, e a língua oficial de seu país como segunda língua.

No Brasil, a educação dos surdos teve início durante o Segundo Império, com a chegada do educador francês Hernest Huet. Em 1857, foi fundado o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que inicialmente utilizava a língua dos sinais, mas que, em 1911, passou a adotar o oralismo puro. Na década de 70, com a visita de Ivete Vasconcelos, educadora de surdos da universidade Gallaudet, chegou ao Brasil, a filosofia da Comunicação Total, e na década seguinte, a partir das pesquisas da Professora Lingüista Lucinda Ferreira Brito sobre a Língua Brasileira de Sinais e da Professora Eulália Fernandes, sobre a educação dos surdos, o Bilingüismo passou a ser difundido. Atualmente, estas três filosofias educacionais ainda persistem paralelamente no Brasil.

Sem dúvida, a aprendizagem do “terceiro pilar da educação” (aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros), representa hoje em dia, um dos maiores desafios da educação. Em países desenvolvidos, é cada vez mais

freqüente a presença na vida socialmente ativa de pessoas antes excluídas ou marginalizadas. Por outro lado, nos países em desenvolvimento, os avanços têm sido menos acentuados, parcialmente devido ao custo financeiro que determinadas mudanças exigem. No entanto, ao redor do mundo há atualmente uma mudança significativa na concepção de inclusão social.

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular, trata-se de uma reestruturação de cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística democrática, que percebe os sujeitos e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. Uma prática pedagógica, coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível, requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família – escola. Como elemento de transformação, a educação inclusiva aponta uma sociedade inclusiva. O mundo atual, muitas vezes, apresenta-se como um mundo de violência, que se opõe à esperança buscada por alguns quanto ao progresso da humanidade. A história humana foi conflituosa, mas há elementos novos que acentuam o extraordinário potencial de autodestruição criada pela humanidade no decorrer do século XX. A opinião pública, através dos meios de comunicação social, torna-se observadora impotente e até refém dos que criam e mantêm os conflitos.

Até agora, a educação não pôde fazer grande coisa para modificar esta situação real. Poderemos conceber uma educação capaz de evitar os conflitos, ou de resolvê-los de maneira pacífica, desenvolvendo o conhecimento dos outros, das suas culturas, da sua espiritualidade? É de louvar a idéia de ensinar a não violência na escola, mesmo que apenas constitua um instrumento, entre outros, para lutar contra os preconceitos geradores de conflitos.

A tarefa é árdua porque, muito naturalmente, os seres humanos tendem a supervalorizar suas qualidades e as dos grupos a que pertencem, e a alimentar preconceitos desfavoráveis em relação aos outros. O clima geral de concorrência, que caracteriza a atividade econômica no interior de cada país, e sobretudo em

nível internacional, tem tendência a dar prioridade ao espírito de competição e ao sucesso individual.

Nesse espaço contraditório, parece que a educação deve utilizar duas vias complementares. Num primeiro nível, a descoberta progressiva do outro. Num segundo nível, e ao longo de toda a vida, a participação em projetos comuns, que parece ser um método eficaz para evitar ou resolver conflitos latentes.

A educação tem por missão, por um lado, transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana e, por outro levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta. Passando a descoberta do outro, necessariamente, pela descoberta de si mesmo, e por proporcionar à criança e ao adolescente uma visão ajustada do mundo, a educação, seja ela oferecida pela família, pela comunidade ou pela escola, deve antes ajudá-los a descobrir a si mesmos.

Só então poderão, verdadeiramente, se colocar no lugar dos outros e compreender as suas reações. Desenvolver esta atitude de empatia na escola é muito útil para os comportamentos sociais ao longo de toda a vida, ensinando aos jovens a adotar a perspectiva de outros grupos étnicos ou religiosos, podendo evitar compreensões geradoras de ódio e violência entre os adultos. O confronto através do diálogo e da troca de opiniões é um dos instrumentos indispensáveis à educação no século XXI.

Quando se trabalha em conjunto sobre projetos motivadores e fora do habitual, as diferenças e até os conflitos interindividuais tendem a esvair-se, chegando a desaparecer em alguns casos.

Uma nova forma de identificação nasce destes projetos que fazem com que se ultrapassem as rotinas individuais, que valorizam aquilo que é comum e não as diferenças. Graças à prática do desporto, por exemplo, as tensões entre classes ou nacionalidades se transformaram em solidariedade, através de experiências de prazer e de esforço comum. No setor laboral, quantas realizações teriam chegado a bons termos se os conflitos habituais em organizações hierarquizadas tivessem sido transcendidos por um projeto comum?

A educação formal deve, pois, reservar tempo e ocasiões suficientes nos programas para iniciar os jovens em projetos de cooperação, logo desde a infância, no campo das atividades desportivas e culturais, evidentemente, mas também estimulando a sua participação em atividades sociais, renovação de bairros, ajuda aos mais desfavorecidos, ações humanitárias, serviços de solidariedade entre gerações. Participação de professores e alunos em projetos comuns pode dar origem à aprendizagem de métodos de resoluções de conflitos e constituir uma referência para a vida futura dos alunos, enriquecendo a relação professor-aluno.

A Lei Orgânica de Assistência Social, concebida sob a óptica redistributiva e a política de assistência social, proposta na lei nº. 8742, constituem-se em mecanismos para elevar o patamar de vida dos segmentos menos favorecidos da população e vislumbrar conquistas sociais mais amplas. A questão da pessoa com deficiência auditiva passa obrigatoriamente, por ações de vários setores públicos envolvidos na proteção social desta pessoa.

Ao considerarmos o conceito de inclusão social como "o processo pelo qual pessoas com qualquer tipo de necessidade especial se preparam para assumir papéis na sociedade e simultaneamente, a sociedade de adaptar para atender as necessidades de todas as pessoas" (BLOCK, 1992), há que se ter claro que ações isoladas não conseguirão atingir os objetivos a que se propõe a inclusão. A educação é sem dúvida, o grande propulsor desse processo, mas não deve atuar isolada. Há que se destacar ainda o papel o papel fundamental dos conselhos de assistências sociais, nas três esferas do poder público.

O primeiro dicionário da Língua de Sinais Brasileiras (LIBRAS) é fruto de cinco anos de pesquisas intensivas no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Tais pesquisas foram conduzidas com informantes surdos de várias organizações e professores surdos da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) que ensinam LIBRAS como profissão. Esse dicionário vai servir de instrumento para a conscientização da Educação Bilíngüe

no Brasil e o resgate da cidadania do surdo brasileiro. Publicados pela editora USP (EDUSP), com patrocínio da Brasil Telecom, da Fapesp e da Fundação Vital.

Este dicionário é composto por três capítulos: o primeiro explica os benefícios e problemas, as indicações e contra indicações do implante coclear, de modo a permitir aos surdos conhecer melhor essa tecnologia, e aos profissionais conhecer melhor o emprego da LIBRAS nos programas de reabilitação auditiva de crianças implantadas.

O segundo capítulo descreve um sistema de multimídia que usa sinais animados da LIBRAS e voz digitalizada para telecomunicação face a face entre surdos e ouvintes, e para a comunicação por surdos tetraplégicos, impedidos de sinalizar devido a paralisia cerebral ou esclerose lateral amiotrófica.

Esse sistema permite que os surdos paralisados possam selecionar, por meio de chaves acionadas pelo piscar, os sinais animados da LIBRAS, seqüenciá-los compondo mensagens em LIBRAS e então imprimir essas mensagens em português e inglês, ou fazê-las soar com voz digitalizada. Desta forma, o surdo congênito paralisado ou amputado, ainda que não articule a fala pode ser compreendido pelo ouvinte, ainda que este seja cego e mesmo que seja estrangeiro.

Finalmente, o terceiro capítulo descreve uma versão computadorizada do dicionário em CD-ROM, além de apresentar um sistema computadorizado que anexa todos os sinais da LIBRAS com base nos seus componentes, tais como a forma das mãos e dos dedos; o local em que as mãos articulam o sinal em relação ao corpo; a direção, a freqüência, e a velocidade dos movimentos; bem como a expressão facial associada. Todas essas características fazem deste primeiro dicionário da LIBRAS, uma verdadeira enciclopédia, que se destina a acompanhar a criança surda da educação infantil ao ensino fundamental, passando pelo ensino médio, e mesmo superior, sendo uma ferramenta útil à aprendizagem do aluno surdo e obra de referência fundamental para a inclusão escolar e social desse aluno.

O encontro de Salamanca, na Espanha em 1994, resultou em um documento chamado “Declaração de Salamanca”, assinado por diversos países,

que determina a transformação das instituições educacionais em escolas que têm como principio orientador a inclusão de todo aluno, em seu contexto educacional e comunitário.

O paradigma anterior propunha uma visão assistencialista, de educação compensatória e preparatória. Contrapondo-se, então, a esse pensamento, surge a visão integral do desenvolvimento, segundo a qual o aluno é considerado como pessoa autônoma, inserida num determinado contexto sócio histórico e cultural.

Essa declaração contempla a necessidade de implementação de uma pedagogia voltada para a diversidade e necessidades específicas do aluno em diferentes contextos, com a adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas que possam beneficiar a todos os alunos. As inúmeras discussões desenvolvidas no Brasil, nos últimos anos, acerca do papel que a educação infantil deve exercer no desenvolvimento da criança, tiveram como resultado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (1998). Nesse contexto, do citado Referencial Curricular, surgem nas instituições de educação infantil, creches e pré-escolas, algumas ações como: adequação, coerência, flexibilidade, multiplicidade, abrangência.

A educação especial poderá ter equipe itinerante para prestar assistência técnica e pedagógica aos centros de educação infantil. Essa equipe deve ser composta por: professor especializado em educação especial ou educação infantil; psicólogo preferencialmente especializado em psicologia escolar aplicada à educação especial; fonoaudiólogo, com especialização ou experiência no atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais; fisioterapeuta com habilitação ou reabilitação de criança com deficiência física, sensória e neuromotora; equipe médica composta por pediatra ou neuropediatra, oftalmologista, otorrinolaringologista, com experiência em diagnóstico e tratamento de criança com necessidade educativa especial.

Mediante estudo pode-se afirmar que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o

exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (FAVERO, PANTOJO e MANTOAN, 2004, p. 55).

São 566.759 deficientes matriculados na educação especial no Brasil, apenas 25% são matriculados na rede estadual de ensino, 43% no ensino privado, ou seja, o Estado não está cumprindo o lema de "educação para todos" como afirma a constituição, sendo que o ensino privado está com pouco menos da metade dos alunos deficientes matriculados.

Percebemos que as pesquisas por sua vez, abrangem um leque cada vez maior de problemáticas, com relação aos deficientes auditivos, possibilitando reflexões constantes sobre a educação especial.

A educação especial é determinante no processo de estimulação inicial e cabe aos professores de turmas especiais trabalharem suas crianças, desenvolvendo nelas a capacidade de praticar atividades diárias, participar das atividades familiares, exercer a sua cidadania e até mesmo desenvolver atividades profissionais. Para isso, torna-se necessário que as escolas disponham de profissionais especializados e capacitados, a fim de possibilitar um maior desenvolvimento educacional dos deficientes auditivos.

Portanto, a grande importância da estimulação se dá pela premente necessidade da criança se comunicar com outras pessoas, vivenciando experiências que permitirem o seu desenvolvimento, respeitando suas deficiências e explorando suas habilidades no manuseio das mãos, de modo a facilitar sua comunicação com o mundo dos ouvintes e não ouvintes.

A legitimação da língua de sinais provocou mudanças na vida das pessoas Portadoras de Necessidades Especiais no Estado de Sergipe, inicialmente no século XX com um projeto apresentado na Câmara dos Deputados, em 14 de outubro de 1921, por ocasião ao ensino primário, através do deputado Antonio Manoel Carvalho Neto, representando Sergipe. Este projeto abordava a criação das escolas de aperfeiçoamento para crianças com necessidades educativas especiais. Todavia, não foi aprovado devido à conjuntura política da época, porém teve grande repercussão no país e no estado.

Segundo SKLIAR (1978), existiram dois grandes períodos na história da educação dos surdos: um período prévio, quando eram comuns as experiências educativas por intermédio da língua de sinais, e o outro posterior, até nossos dias, predomínio absoluto de uma única equação, segundo a qual a educação dos surdos se reduz à língua oral. Durante muito tempo, as discussões, a respeito da educação dos surdos estiveram impregnadas por uma visão medico-clínica. Essa filosofia foi assumida pela Filosofia Oralista, que acreditava na normalização, integração e o convívio dos portadores de surdez com os ouvintes somente através da língua oral.

A inclusão dos deficientes auditivos no ensino regular é de suma importância para o seu desenvolvimento enquanto participante de um contexto, sócio-cultural. Percebemos que o aspecto fundamental para o desenvolvimento do homem, principalmente quando reporta a déficits que implicam grandes dificuldades de interação devido à perda auditiva, que acarreta pouca ou nenhuma socialização com as pessoas ouvintes, necessitam de intervenção pedagógica, familiar e social para que sua participação no mundo que o cerca seja agradável, necessária e socializadora.

A priori, se faz necessário o compromisso por parte da comunidade escolar, no sentido de adequar-se metodologicamente a estes alunos, criando alternativas que reafirmem o comprometimento com o seu desenvolvimento escolar.

Enfim, a inclusão representa um grande desafio para as escolas que não atingiram a ampla diversidade das características e necessidades dos alunos especiais, no sentido de adotar um modelo com ênfase na aprendizagem e não apenas no ensino.

Portanto, a educação especial não pode ser olhada como um paralelo à educação geral, mas sim como parte integrante dela, como um conjunto de recursos pedagógicos e de serviços de apoio que possibilitam a aprendizagem desses alunos, incluídos no ensino regular.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Deficiência Auditiva** / organizado por Giuseppe Rinaldi, et.al. – Brasília: SEESP, VI (Série atitudes Pedagógicas, 1997).

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Língua Brasileira de Sinais** / organizado por Lucinda F. Brito, et.al. - Brasília: SEESP, VIII (Série atitudes Pedagógicas, Nº 4,1998).

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Conjunto de Materiais para a capacitação de professores: necessidades na sala de aula** / tradução Ana Maria Isabel Lopes da Silva... reemp. ... - Brasília: MEC SEESP, 1998.

CARVALHO, Rosita Edler. **A Nova LDB e a Educação Especial.** Ed.3ª editora WVA. Rio de Janeiro:1997.

CICCONE, Marta. **Comunicação Total**. Introdução Estratégicas a Pessoa Surda. Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica,1990.

DELORS, Jacques. **Relatório para a UNESCO**, da comissão internacional sobre educação para o século XXI. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1972,.

Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil.

RIBRAS, J. **O Que das Pessoas Diferentes**, São Paulo, Nova Cultura: Brasiliense,1985.

www.polffactory.com.

www.surdobrasil. hpg.ig.com.br.sdz.htmi.